



**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



## 1 - RELATÓRIO INTEGRADO DE 2018

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., sociedade de capital fechado, empresa pública, estatal dependente, controlada pela União Federal e vinculada ao Ministério da Saúde, apresenta o Relatório Integrado conforme prevê a Lei nº 13.303/2016, o conteúdo previsto pela Lei nº 6.404/76, no que se refere ao Relatório da Administração, contendo as Demonstrações Contábeis; e a Decisão Normativa – TCU nº 170 de 19 de setembro de 2018. Esse relatório apresenta o desempenho da Instituição em seus aspectos operacionais, financeiros e orçamentários, em cumprimento a sua Missão e com o propósito de prestar serviços na área da saúde e ações de ensino e pesquisa.

O principal objetivo do Relatório Integrado 2018, é compartilhar com a sociedade o desenvolvimento das nossas ações visando o fortalecimento e qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um ano marcado por importantes projetos voltados ao aprimoramento dos processos da assistência e fortalecimento do GHC no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Usando ferramentas de gestão atuais, como o Lean Healthcare, a teoria das filas, a teoria de variabilidade e gestão por processos, reduzimos desperdícios e otimizamos recursos, impactando no atendimento aos pacientes e na melhoria do clima organizacional.

Nosso sucesso são as pessoas, por acreditarmos que pessoas são talentos, apostamos na valorização humana a partir da educação buscando promover o desenvolvimento pessoal e profissional com fortalecimento da qualificação técnica, promoção da saúde e na disseminação dos valores institucionais.

Realizamos o aperfeiçoamento da Governança Corporativa com a implantação das boas práticas recomendadas nos normativos vigentes. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aliadas a ética, transparência e gestão de riscos foram pilares de gestão para as ações desenvolvidas no ano de 2018. A capacitação presencial sobre o Código de Ética e Conduta do GHC, foi fundamental para a consolidação do Programa de Integridade na disseminação da cultura ética na Instituição, bem como, a constituição dos Comitês de Elegibilidade e de Auditoria Estatutário. Realizamos a implementação da Política de Divulgação de informações para disciplinar e difundir a transparência dos atos e fatos praticados pela Instituição, bem como a divulgação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Com os avanços destacados, obtivemos ótimos resultados na avaliação do indicador de Governança das Empresas Estatais – IG-SEST.

Além disso, a implantação do Projeto Paciente Seguro proporcionou importantes avanços na qualificação da assistência aos pacientes. Dentre outros benefícios com o Projeto, destaca-se a priorização de reforma da estrutura física em algumas unidades de internação; a implantação de ferramentas tecnológicas para qualificação da administração de medicamentos a beira leito; a revisão, elaboração e implantação de protocolos de assistência; a melhoria de comunicação entre as equipes; a elaboração e simplificação de fluxogramas para organização do atendimento multiprofissional.

Ainda, devemos citar os resultados alcançados pela contabilidade, dos quais destacamos como principal a baixa contábil de R\$ 2.229.400.321,43, face à obtenção da imunidade tributária das contribuições federais do INSS Patronal e Terceiros, do PIS/PASEP, da COFINS e da CSLL, melhorando o resultado do exercício de 2018.

Dentre as principais conquistas podemos destacar o início da construção do Centro de Hematologia e Oncologia do GHC, o processo de habilitação para Transplante de Medula Óssea, conclusão da obra do laboratório de tuberculose, inauguração de nova ala da neurocirurgia do Hospital Cristo Redentor e o Centro de Imagem do Hospital Fêmnia.

Mesmo com todos os avanços, existem muitos desafios a superar no setor da saúde, o importante é buscar realizar o melhor desempenho possível conjugando a aplicação eficiente dos recursos, promovendo acesso e atendimento qualificado à população, com estrutura e tecnologia adequada e capital humano capacitado.

As conquistas apresentadas ao longo deste Relatório refletem a visão de futuro da instituição e se concretizam sob os pilares do nosso compromisso com os serviços ofertados à sociedade que verdadeiramente impactam na vida das pessoas.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019.

A Diretoria

## 2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### 2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>99.343</b>	<b>108.416</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>580.435</b>	<b>2.698.214</b>
Caixa e equivalentes de caixa		25.675	48.461	Fornecedores		16.176	14.294
Contas a receber	(4)	4.101	24.844	Contribuições com exigibilidade suspensa	(15)	-	2.188.781
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3b) (5)	(3.010)	(4.314)	Obrigações trabalhistas		847	1.739
Subvenções a receber	(6)	20.642	-	Provisões trabalhistas		112.249	111.545
Estoques	(3c) (7)	18.136	11.143	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(16)	430.228	373.919
Adiantamentos a empregados		13.915	14.493	Subvenções a realizar	(17)	13.895	1.139
Tributos a recuperar		1.036	1.000	Outras contas a pagar		7.040	6.797
Depósitos vinculados ou restituíveis	(8)	5.970	7.048	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>429.557</b>	<b>880.274</b>
Outras contas a receber	(9)	13.937	14.060	Adiantamentos para futuro aumento de capital	(18)	-	445.807
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(5)	(1.173)	(8.412)	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(16)	415.095	434.230
Despesas antecipadas		114	93	Contribuições com exigibilidade suspensa	(15)	14.462	-
				Outras contas a pagar		-	237
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>376.727</b>	<b>379.230</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(533.922)</b>	<b>(3.090.842)</b>
Realizável a longo prazo	(10)	78.041	86.689	Capital social	(19)	50.869	7.446
Investimentos	(3d) (12)	5.553	5.706	Adiantamentos para futuro aumento de capital	(18)	30.221	-
Imobilizado	(3e) (13a)	292.237	285.943	Reserva de reavaliação em bens próprios		18.594	18.978
Intangível	(3f) (13b)	896	892	Ajustes de avaliação patrimonial	(20)	45.989	47.048
				Prejuízos acumulados		(679.595)	(3.164.314)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>476.070</b>	<b>487.646</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>476.070</b>	<b>487.646</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### 2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>2.661</b>	<b>197.638</b>
Prestação de serviços	(23)	2.661	197.638
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>2.661</b>	<b>197.638</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(1.282.481)</b>	<b>(1.495.991)</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(1.279.820)</b>	<b>(1.298.353)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>1.064.151</b>	<b>(51.939)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(118.315)</b>	<b>(153.908)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>1.323.538</b>	<b>305.927</b>
Gratuidades	(29)	-	299.223
Reversão de provisão		2.299	449
Receita eventual - baixa das contribuições		1.313.937	-
Receita eventual		2.625	1.629
Demais receitas		4.677	4.626
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(141.072)</b>	<b>(203.958)</b>
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas		(116.878)	(121.004)
Perdas estimadas com cré. de liquid. duvidosa		(20.159)	(2.816)
Rever. da realização da subv. para investimentos		-	(78.015)
Demais despesas		(4.035)	(2.123)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESP. FINANCEIRAS</b>		<b>(215.669)</b>	<b>(1.350.292)</b>
Despesas financeiras	(24)	(6.288)	(311.502)
Receitas financeiras	(25)	863.044	4.136
<b>RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL</b>		<b>641.087</b>	<b>(1.657.658)</b>
<b>SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO</b>	(26)	<b>1.433.932</b>	<b>1.229.899</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	(27)	<b>2.075.019</b>	<b>(427.759)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM R\$</b>		<b>18,36</b>	<b>(3,78)</b>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### 2.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

Descrição	Nota	2018	2017
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b> atribuível ao controlador	(27)	2.075.019	(427.759)
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b> atribuível ao controlador		2.075.019	(427.759)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### 2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Adiant. para fut. aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		7.446	-	19.363	48.107	(2.737.999)	(2.663.083)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(385)	-	385	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(20)	-	-	-	(1.059)	1.059	-
Prejuízo do exercício	(27)	-	-	-	-	(427.759)	(427.759)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		7.446	-	18.978	47.048	(3.164.314)	(3.090.842)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(384)	-	384	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(20)	-	-	-	(1.059)	1.059	-
Recebido adiantamento para futuro aumento de capital	(18)	-	30.221	-	-	-	30.221
Transferência do passivo não circulante de adiantamentos para futuro aumento de capital capitalizados no exercício	(19)	451.680	-	-	-	-	451.680
Redução do capital	(19)	(408.257)	-	-	-	408.257	-
Lucro do exercício	(27)	-	-	-	-	2.075.019	2.075.019
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		50.869	30.221	18.594	45.989	(679.595)	(533.922)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### 2.5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	2018	2017
<b>RECEITAS</b>		2.739.972	1.353.410
Prestação de serviços	(23)	2.661	197.638
Subvenção para custeio	(26)	1.433.932	1.229.899
Reversão da realização da subvenção para investimentos		-	(78.015)
Outras receitas		1.321.239	6.255
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5)	(20.159)	(2.816)
Reversão de provisões		2.299	449
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		(235.388)	(213.447)
Custo dos serviços prestados		(205.982)	(189.353)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.303)	(15.831)
Provisão para indenizações cíveis		(8.103)	(8.263)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		2.504.584	1.139.963
<b>DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	(13a)	(22.018)	(19.874)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		2.482.566	1.120.089
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.</b>		863.045	4.136
Receitas financeiras		863.045	4.136
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		3.345.611	1.124.225
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		3.345.611	1.124.225
<b>Pessoal</b>		1.251.800	1.230.459
Remuneração direta		1.101.140	1.088.828
Benefícios		63.105	62.311
FGTS		87.555	79.320
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		396	707
Federais		281	640
Municipais		115	67
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		18.396	320.818
Juros		6.289	311.502
Aluguéis		12.107	9.316
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		2.075.019	(427.759)
Lucro (prejuízo) do exercício	(27)	2.075.019	(427.759)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

### 2.6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2018	2017
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	(27)	2.075.019	(427.759)
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(13a)	22.018	19.874
Perdas estimadas com investimentos		284	193
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5)	20.159	2.816
Reversão de provisões		(2.299)	(173)
Custo do imobilizado baixado	(13a)	2.573	348
Encargos financeiros sobre o AFAC	(18)	5.873	178.341
Reversão da realização da subvenção para investimentos		-	78.015
Realização das subvenções para custeio	(26)	(1.433.932)	(1.229.899)
Bonificações e doações de bens recebidas		(1.279)	(15)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício ajustado</b>		688.416	(1.378.259)
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em contas a receber		(81)	10.337
Aumento de subvenções a receber		(13.812)	-
Aumento nos estoques		(6.993)	(624)
Redução nos depósitos vinculados ou restituíveis		1.078	26.023
Redução em outras contas a receber		1.456	1.953
Aumento (redução) nos fornecedores		1.881	(5.974)
(Redução) aumento em contrib. com exigibilidade suspensa		(2.173.271)	133.589
Aumento nas provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		38.253	16.850
Aumento em subvenções a realizar		12.756	-
Redução em outras contas a pagar e provisões		(182)	(20.909)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		(1.450.499)	(1.217.014)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Compras de imobilizado e intangível	(13a,b)	(30.889)	(31.182)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		(30.889)	(31.182)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de subvenções para custeio		1.427.102	1.230.165
Recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital	(18)	30.221	30.650
Bonificações e doações de bens recebidas		1.279	-
Empréstimos e financiamentos		-	(1.246)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		1.458.602	1.259.569
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CX.</b>		(22.786)	11.373
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO</b>		(22.786)	11.373
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		48.461	37.088
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		25.675	48.461
<b>Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa</b>		25.675	48.461
Disponibilidades em conta corrente		3.713	25.802
Disponibilidades em aplicações financeiras		21.962	22.659

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

## 2.7 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em milhares de reais)

### NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26-07-1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre – RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado 10-10-1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Mais tarde com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20-02-1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07-03-1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do artigo, 5º, alínea “g”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21-06-1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o art. 2º, inciso III da LC nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90. Em 26-09-2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09-11-2017 passou a ter um único acionista a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

### NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); (ii) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; (iii) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido e (iv) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em 12/2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições. As contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24-08-2018, as referidas contribuições foram baixadas.

### NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

#### b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15, e com o artigo 71 da Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017 (nota 5).

#### c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 7).

#### d) Investimentos

Os investimentos em fundos e em participações em outras empresas são adequados, anualmente, ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (nota 12).

#### e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em 12/2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e das contribuições as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (nota 13a).

#### f) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 13b).

#### g) Contribuições com exigibilidade suspensa

Estavam sendo questionadas em ações judiciais onde era solicitada a imunidade tributária (nota 15).

#### h) Provisões para contribuição social e imposto de renda

Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20-11-2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada da mesma forma que já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

### NOTA 4 - CONTAS A RECEBER

Contas	2018	2017
Sistema Único de Saúde – SUS – Município de POA	3.335	24.814
Créditos com Pesquisas	634	1
Sócias locatárias	24	19
Outros clientes – estágios	105	10
Outros clientes – taxa de submissão	3	-
<b>Total</b>	<b>4.101</b>	<b>24.844</b>

a) **Sistema Único de Saúde - SUS** - Os valores a receber do município de Porto Alegre – RS (gestor do SUS) se referem aos valores faturados até 30-11-2017 pela prestação de serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e ainda não recebidos. Em 2018 foram recebidos R\$ 961 e baixados R\$ 20.518, após criteriosa avaliação de todo o saldo a receber. Parte desse valor R\$ 5.161 era incentivos referentes ao período de 04/2014 a 12/2017 e foram baixados após se concluir que não tínhamos o direito a receber e a segunda parte no montante de R\$ 15.357 a baixa foi autorizada pelo Conselho de Administração registrado em ata de 08-06-2018 e tem como motivo a mudança na orçamentação do custeio a partir de 01/2018 (nota 6). O saldo a receber de R\$ 3.335, corresponde a 05/2014 a 11/2017 e se refere a diversos incentivos, Geração de Alto Risco, CAPS e Rede Básica. Considerando que as tentativas de se receber administrativamente estes valores não tiveram êxito até agora, os assessores jurídicos estudam a possibilidade de ingressar na justiça com uma ação de cobrança.

b) **Créditos com Pesquisas** – Créditos a receber referentes 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

c) **Sócias locatárias** – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem um contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que dá a elas o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

d) **Outros clientes** – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de medicina, técnicos de enfermagem e de radiologia. Assim como o valor a receber referente a Taxa Administrativa de Submissão de Protocolos Clínicos, para análise inicial dos documentos administrativos dos estudos clínicos para a realização de pesquisas.

### NOTA 5 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Ativo	2018				2017			
	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas e transf.	Total	Saldo inicial	Acréscimos	Baixas e transf.	Total
<b>Circulante</b>								
<b>Contas a receber</b>								
Município de Porto Alegre	(4.291)	(19.400)	20.706	(2.985)	(4.154)	(137)	-	(4.291)
Outros	(23)	(7)	5	(25)	(30)	(57)	64	(23)
<b>Subtotal</b>	<b>(4.314)</b>	<b>(19.407)</b>	<b>20.711</b>	<b>(3.010)</b>	<b>(4.184)</b>	<b>(194)</b>	<b>64</b>	<b>(4.314)</b>
<b>Outras contas a receber</b>								
Cessão de pessoal a Estados e Municípios	(7.515)	(326)	7.824	(17)	(6.126)	(1.862)	473	(7.515)
Cessão de Pessoal a outras entidades	(51)	-	-	(51)	(51)	-	-	(51)
Adiantamentos a empregados	(69)	(41)	32	(78)	(63)	(42)	36	(69)
Devolução e abatimento a fornecedores	(777)	(360)	110	(1.027)	(230)	(572)	25	(777)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.412)</b>	<b>(727)</b>	<b>7.966</b>	<b>(1.173)</b>	<b>(6.470)</b>	<b>(2.476)</b>	<b>534</b>	<b>(8.412)</b>
<b>Total</b>	<b>(12.726)</b>	<b>(20.134)</b>	<b>28.677</b>	<b>(4.183)</b>	<b>(10.654)</b>	<b>(2.670)</b>	<b>598</b>	<b>(12.726)</b>
<b>Não circulante</b>								
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Cessão de pessoal a estados e municípios	(3.954)	(25)	(7.086)	(11.065)	(3.951)	(3)	-	(3.954)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.954)</b>	<b>(25)</b>	<b>(7.086)</b>	<b>(11.065)</b>	<b>(3.951)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(3.954)</b>
<b>Total</b>	<b>(16.680)</b>	<b>(20.159)</b>	<b>21.591</b>	<b>(15.248)</b>	<b>(14.605)</b>	<b>(2.673)</b>	<b>598</b>	<b>(16.680)</b>

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

### NOTA 6 - SUBVENÇÕES A RECEBER

Ativo circulante	2018	2017
Valor do Termo de Cooperação	193.046	-
Valor recebido	(186.216)	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.830</b>	<b>-</b>
Demais subvenções para custeio	16.553	-
Valor recebido	(2.741)	-
<b>Subtotal</b>	<b>13.812</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>20.642</b>	<b>-</b>

A partir da publicação da Portaria nº 95 GM/MS, DOU de 12-01-2018 e da assinatura do Termo de Cooperação em 21-08-2018, referente às metas a serem cumpridas, a partir de 01/2018 o Hospital não depende mais da autorização do gestor do SUS, o município de Porto Alegre – RS, para receber os valores incluídos no orçamento do custeio, estes serão repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira do Hospital no momento de realizar os pagamentos. Desde então deixamos de fazer o faturamento mensal como prestação de serviços e passamos a registrar esta receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2).

### NOTA 7 - ESTOQUES

Contas	2018	2017
Almoxarifados	15.523	8.855
Farmácias	1.440	1.174
Subalmoxarifados	1.170	1.101
Estoques em poder de terceiros	3	13
<b>Total</b>	<b>18.136</b>	<b>11.143</b>

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

### NOTA 8 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas/descrição	2018	2017
<b>Retido de fornecedores</b>		
Saldo anterior	1.298	1.001
Depósitos	1.450	1.073
Rendimentos	104	39
Recebimentos	-	(47)
Baixa pelo pagamento	(756)	(768)
<b>Subtotal</b>	<b>2.096</b>	<b>1.298</b>
<b>Cíveis</b>		
Saldo anterior	3.654	4.420
Depósitos	-	2.621
Rendimentos	215	243
Recebimentos	-	(64)
Baixa pelo pagamento	-	(720)
Baixa pela disponibilização ao reclamante	-	(2.846)
<b>Subtotal</b>	<b>3.869</b>	<b>3.654</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Saldo anterior	2.096	27.651
Depósitos	58.177	95.544
Rendimentos	156	1.572
Recebido pelo reclamado	(2.249)	(5.378)
Baixa pelo pagamento	-	(69.597)
Baixa pela disponibilização ao reclamante	(58.175)	(47.696)
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>	<b>2.096</b>
<b>Total</b>	<b>5.970</b>	<b>7.048</b>

Os valores retidos de fornecedores são em cumprimento a IN SLTI/MPOG nº 06/2013 e IN SLTI/MPOG nº 05/2017 as quais visam garantir que as empresas terceirizadas tenham recursos para pagar os encargos trabalhistas quando devido aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos cíveis e trabalhistas são vinculados a ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante, em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar. Com a individualização dos depósitos em conta específica a favor do reclamante os depósitos são baixados desta conta, visto que a responsabilidade pelo pagamento ao reclamante passa a ser da instituição financeira detentora do depósito.

**NOTA 9 - OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Contas/descrição	2018	2017
Cessão de pessoal a estados e municípios	3.566	7.879
Cessão de pessoal a outras entidades	68	98
Devolução, abatimentos e multas a fornecedores	1.710	1.277
Convênios	25	18
Adiantamento a terceiros	1.021	1.113
Créditos a receber de ações judiciais	7.541	3.668
Créditos a receber de outras ações judiciais	2	2
Outros créditos a receber	4	5
<b>Total</b>	<b>13.937</b>	<b>14.060</b>

- a) **Cessão de pessoal a estados e municípios** – Após a publicação do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, foram analisados todos os casos de funcionários cedidos ao Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, que não estavam pagando. Estes valores foram encaminhados para cobrança judicial. Com o ingresso das ações foi transferido para o longo prazo R\$ 7.190 e foi baixado R\$ 511, por não ser devido. O saldo de R\$ 3.566 se refere às competências de 10/2017 a 12/2018.
- b) **Cessão de pessoal a outras entidades** – Trata-se de funcionários que foram cedidos para dois sindicatos: SINDISAÚDE - embora este sindicato esteja ressarcindo os valores das cedências atuais há as cedências referentes ao período de junho a novembro de 2015, que não estão sendo pagas e permanecem no saldo: Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio Grande do Sul – são valores referente a cessão de uma funcionária cedida no período de agosto e setembro de 2017.
- c) **Devolução, abatimentos e multas a fornecedores** – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas pelo descumprimento de cláusulas contratuais e por consequência e aplicação de penalidades previstas em contratos.
- d) **Convênios** – Refere-se ao valor repassado em 27-01-2010 à entidade conveniada chamada Africanamente – Centro de Pesquisa Reg. e Preservação de Tradições Afro-Descendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais já foram recebidas 41 parcelas. Em 31-12-2018 e 31-12-2017 estão registradas nesta conta 19 parcelas.
- e) **Adiantamentos a terceiros** – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.
- f) **Créditos a receber de ações judiciais** – Refere-se ao acordo realizado com o município de Porto Alegre - RS na ação judicial de repetição de indébito, referente a Imunidade Tributária. O valor de R\$ 7.541 corresponde a duas parcelas a serem recebidas, uma que já venceu em 07/2018 e a outra a vencer em 07/2019. Os demais valores a serem recebidos estão registrados no longo prazo e serão quitados com a construção de duas unidades de saúde.
- g) **Créditos a receber de outras ações judiciais** – Resulta de um acordo judicial realizado em 02/2015 com a Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 3 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.
- h) **Outros créditos a receber** – São créditos a receber referente o aluguel de salas a diversas associações de funcionários e também uma sala destinada a cafeteria alugada para a F. S. Gastronomia Eirele - EPP, que são recebidos no mês seguinte.

**NOTA 10 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Contas	2018	2017
Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre)	36.792	36.792
Cessão de pessoal a Estados e municípios	11.065	3.954
Depósitos judiciais cíveis	123	117
Depósitos judiciais trabalhistas	27.920	31.279
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - COFINS	2.612	4.239
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - ICMS	1.170	1.131
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - Tributos Municipais	9.401	13.068
Créditos a receber de outras ações judiciais	23	63
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(11.065)	(3.954)
<b>Total</b>	<b>78.041</b>	<b>86.689</b>

- a) **Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre/RS)** – Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por prestações de serviços realizados pelo Hospital aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, através do município de Porto Alegre/RS, gestor do SUS no município, a título de complemento de faturamento. Como ainda não foi recebido o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança.
- b) **Cessão de pessoal a estados e municípios** – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas secretarias do estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 1.772 e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 8.445, Canoas, R\$ 220, Fortaleza, R\$ 305, Sapucaia do Sul, R\$ 323, valores estes incluídos em ação judicial de cobrança.
- c) **Depósitos judiciais cíveis** – Destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização. Atualizados pelo índice de correção da poupança.
- d) **Depósitos judiciais trabalhistas** - São para recursos, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.
- e) **Créditos a receber de ações judiciais** – Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito. Da COFINS está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebido. Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS está vinculada ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 15, e está em fase de execução, as duas estão sendo atualizadas pela SELIC. Dos tributos municipais também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral no valor de R\$ 22.145. Neste processo foi feito um acordo com o Município de Porto Alegre que envolveu a dação em pagamento do terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889 (já recebido) totalizando um saldo a receber de R\$ 16.256 mais a atualização pela UFM, feita em 01/2017, de R\$ 480 perfaz R\$ 16.736. Parte deste valor foi transferida para o ativo circulante em 08/2017 e 08/2018 e se refere a duas parcelas a serem recebidas no valor original de R\$ 3.428 (atualizada R\$ 3.770) com vencimento em 07/2018 e 07/2019 (nota 9 f). O saldo restante a receber devidamente atualizado, em 12/2018 é de R\$ 9.401 (R\$ 13.068 em 12/2017) e deverá ser quitado pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827, a construção de duas unidades de saúde no valor total de R\$ 8.574. Também está registrado neste grupo de contas os créditos a receber de outras ações judiciais referente descumprimento de contratos por fornecedores no valor de R\$ 23 em 31-12-2018 (R\$ 63 em 12/2017).

- f) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD** - Referem-se à cessão de pessoal a diversas secretarias do Estado do Rio Grande do Sul importando em R\$ 1.772, a diversos municípios do mesmo estado R\$ 8.988 e ao município de Fortaleza – CE, R\$ 305. Todos com ação judicial de cobrança.

**NOTA 11 - ATIVOS CONTINGENTES**

	2018	2017
<b>Repetição de indébito</b>		
Contribuições federais	24.024	-
Contribuições previdenciárias	900.187	-
Impostos federais	16.488	16.088
<b>Total</b>	<b>940.699</b>	<b>16.088</b>

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável, referentes às ações de repetição de indébito originárias dos processos de imunidade tributária obtido em 2015 dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação), em 24-08-2018 das contribuições previdenciárias (INSS patronal e terceiros) e em 20-11-2018 das contribuições federais (PIS/PASEP, COFINS, CPMF e da CSLL).

**NOTA 12 - INVESTIMENTOS**

Contas	2018	2017
<b>Participações societárias</b>	<b>9.127</b>	<b>9.127</b>
Em fundos de investimentos – FINOR e FINAM	2.160	2.160
Em outras empresas	89	89
Em outros investimentos - AHPA	6.878	6.878
<b>Perdas estimadas</b>	<b>(3.574)</b>	<b>(3.421)</b>
Em fundos de investimentos - FINOR e FINAM	(2.033)	(2.081)
Em outras empresas	(40)	(40)
Em outros investimentos - AHPA	(1.501)	(1.300)
<b>Total</b>	<b>5.553</b>	<b>5.706</b>

As participações societárias no FINOR e no FINAM e em outras empresas foram colocados à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se a participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio social da AHPA apurado no balancete de novembro de cada ano, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no artigo 49 do estatuto social da Associação. A perda no investimento da AHPA em 2018 foi de R\$ 200 (R\$ 193 em 2017), calculada com base no balancete de novembro de 2018.

Balancete patrimonial e DRE da AHPA	31-12-2018	31-12-2017
Ativo circulante	856	1.294
Ativo não circulante	13.174	13.609
<b>Total do ativo</b>	<b>14.030</b>	<b>14.903</b>
Passivo circulante	2.572	2.504
Passivo não circulante	2.344	957
Patrimônio social	9.114	11.442
<b>Total do passivo e do patrimônio social</b>	<b>14.030</b>	<b>14.903</b>
Receitas	13.816	15.020
Despesas	(14.135)	(16.060)
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(319)</b>	<b>(1.040)</b>
Serviços prestados ao HNSC (em reais)	7.543.359	7.029.996
Roupa processada para o HNSC - quilos	3.127.600,47	3.195.452,7

**NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

**a) Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado**

Contas	31-12-2017 Custo	Movimentação de 01-01-2018 a			31-12-2018 Custo
		31-12-2018 Adições	Baixas	Transf.	
<b>Imobilizado</b>					
Terrenos	54.279	-	-	-	54.279
Edificações	120.908	-	-	9.442	130.350
Edificações em imóveis de terceiros	228	-	-	139	367
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.010	-	-	-	3.010
Instalações	42.681	-	(248)	27.094	69.527
Instalações em imóveis de terceiros	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos hospitalares	142.276	10.139	(8.715)	2.073	145.773
Outras máquinas e equipamentos	6.701	122	(139)	143	6.827
Móveis e utensílios	18.379	735	(251)	212	19.075
Veículos	1.251	-	-	-	1.251
Equipamentos de processamento de dados	23.430	3.233	(510)	3.026	29.179
Construções em andamento	38.485	15.756	-	(36.924)	17.317
Outras imobilizações em andamento	6.238	900	(33)	(5.205)	1.900
<b>Subtotal</b>	<b>457.875</b>	<b>30.885</b>	<b>(9.896)</b>	<b>-</b>	<b>478.864</b>
<b>Depreciação e amortização acumulada</b>					
Edificações	(33.042)	(3.018)	-	-	(36.060)
Edificações em imóveis de terceiros	(228)	(1)	-	-	(229)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(650)	(49)	-	-	(699)
Instalações	(16.651)	(3.421)	248	-	(19.824)
Instalações em imóveis de terceiros	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e equipamentos hospitalares	(91.193)	(10.677)	6.250	-	(95.620)
Outras máquinas e equipamentos	(4.091)	(421)	115	-	(4.397)
Móveis e utensílios	(9.680)	(1.295)	204	-	(10.771)
Veículos	(901)	(100)	-	-	(1.001)
Equipamentos de processamento de dados	(15.487)	(3.036)	506	-	(18.017)
<b>Subtotal</b>	<b>(171.932)</b>	<b>(22.018)</b>	<b>7.323</b>	<b>-</b>	<b>(186.627)</b>
<b>Total</b>	<b>285.943</b>	<b>8.867</b>	<b>(2.573)</b>	<b>-</b>	<b>292.237</b>

**a.1) Tempo de vida útil estimada dos bens**

Contas	2018	2017
<b>Imobilizado</b>		
Edificações	10 a 60 anos	10 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50 a 60 anos	50 a 60 anos
Instalações	5 a 60 anos	5 a 60 anos
Máquinas e equipamentos hospitalares	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Outras máquinas e equipamentos	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Veículos	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	3 a 20 anos	3 a 20 anos

**b) Composição do saldo e movimentação do custo do intangível**

Contas	2017	Aquisição	2018
<b>Intangível</b>			
Software	955	-	955
Potencial construtivo	892	-	892
Marcas e patentes	-	4	4
<b>Subtotal</b>	<b>1.847</b>	<b>4</b>	<b>1.851</b>
<b>Amortização acumulada</b>			
Software	(955)	-	(955)
<b>Total</b>	<b>892</b>	<b>4</b>	<b>896</b>

Em 2018 foi registrado no intangível o custo com o registro da marca "GHC". O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre – RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio no mesmo imóvel.

**b.1) Tempo de vida útil estimada dos bens**

Contas	2018	2017
<b>Intangível</b>		
Software	3 anos	3 anos

**NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS**

**14.1 Transações comerciais por operação**

Descrição	31-12-2018				31-12-2017			
	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
<b>Ativo</b>								
Caixa e equiv.de caixa	25.675	-	-	25.675	48.461	-	-	48.461
Estoque em poder de terceiros	-	-	-	-	6	-	-	6
Dep. vinculados ou restituíveis	5.793	-	-	5.793	6.872	-	-	6.872
Subvenções a receber	20.642	-	-	20.642	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	27.927	-	27.927	-	31.285	-	31.285
Participações em outras empresas	-	3	-	3	-	3	-	3
Participações em Fundos de Investimentos	-	127	-	127	-	79	-	79
Outros investimentos	-	5.377	-	5.377	-	5.577	-	5.577
<b>Total</b>	<b>52.110</b>	<b>33.434</b>	<b>-</b>	<b>85.544</b>	<b>55.339</b>	<b>36.944</b>	<b>-</b>	<b>92.283</b>
<b>Passivo</b>								
Fornecedores	(33)	-	-	(33)	(7)	-	-	(7)
Subvenções a realizar	(13.895)	-	-	(13.895)	(1.139)	-	-	(1.139)
Outras contas a pagar	(3.170)	-	-	(3.170)	(3.141)	-	-	(3.141)
Capital social	-	-	(50.869)	(50.869)	-	-	(7.446)	(7.446)
AFAC	-	-	(30.221)	(30.221)	-	(445.807)	-	(445.807)
<b>Total</b>	<b>(17.098)</b>	<b>-</b>	<b>(81.090)</b>	<b>(98.188)</b>	<b>(4.287)</b>	<b>(445.807)</b>	<b>(7.446)</b>	<b>(457.540)</b>
<b>Resultado</b>								
Compra de material de consumo							2018	2017
Compra de serviços							(284)	(391)
Provisão para perdas							(8.289)	(7.728)
Doações efetuadas							(284)	(194)
Despesa financeira – encargos sobre os AFAC's							(5)	(18)
Doações recebidas							(5.873)	(178.341)
Exclusividade pela prestação de serviços bancários							142	189
Rendimento de aplicações financeiras							3.318	3.394
Rendimento dos depósitos vinculados ou restituíveis							2.115	2.103
Reversão de provisão para perdas com investimentos							-	6
Subvenção para custeio realizada							132	28
Variação monetária sobre depósitos recursais							1.433.932	1.229.899
							735	1.117
<b>Total</b>							<b>1.425.639</b>	<b>1.050.064</b>

Legenda: AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

**14.2 Transações comerciais por empresas ou entidades**

Descrição	Tipo de soc.	31-12-2018				31-12-2017			
		Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
<b>Ativo</b>									
BB	EF	27.772	-	-	27.772	49.759	-	-	49.759
CEF	EF	3.696	27.927	-	31.623	5.574	31.285	-	36.859
UNIÃO	GF	20.642	-	-	20.642	-	-	-	-
HCPA	EF	-	-	-	-	6	-	-	6
AHPA	AP	-	5.377	-	5.377	-	5.577	-	5.577
FINOR	FI	-	28	-	28	-	27	-	27
FINAN	FI	-	99	-	99	-	52	-	52
Eletrobrás	EF	-	3	-	3	-	3	-	3
<b>Total</b>		<b>52.110</b>	<b>33.434</b>	<b>-</b>	<b>85.544</b>	<b>55.339</b>	<b>36.944</b>	<b>-</b>	<b>92.283</b>
<b>Passivo</b>									
CNEN	AF	(32)	-	-	(32)	(7)	-	-	(7)
HCPA	EF	(1)	-	-	(1)	-	-	-	-
BB	EF	(3.170)	-	-	(3.170)	(3.141)	-	-	(3.141)
União	GF	(13.895)	-	(81.090)	(94.985)	(1.139)	(445.807)	(7.446)	(454.392)
<b>Total</b>		<b>(17.098)</b>	<b>-</b>	<b>(81.090)</b>	<b>(98.188)</b>	<b>(4.287)</b>	<b>(445.807)</b>	<b>(7.446)</b>	<b>(457.540)</b>
<b>Resultado</b>									
Associação dos Hospitais de Porto Alegre - AHPA							2018	2017	
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN							(7.744)	(7.224)	
Empresa Brasil de Comunicações S.A - EBC							(284)	(391)	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT							(329)	(250)	
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA							(95)	(82)	
Imprensa Nacional - IN							(8)	(25)	
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO							(306)	(359)	
Banco do Brasil S.A. – BB							(7)	-	
Caixa Econômica Federal - CEF							5.433	5.504	
Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR							735	1.117	
Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM							1	11	
Hospital Militar de Área de Porto Alegre - HMAPA							47	17	
Ministério da Saúde - MS							(5)	-	
União							142	188	
<b>Total</b>							<b>1.425.639</b>	<b>1.050.064</b>	

Legenda: Tipo de Soc. - Tipo de Sociedade, AP – Associação Privada, AF – Autarquia Federal, EF – Estatal Federal, OPF – Órgão Público Federal, GF – Governo Federal e Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi elaborada nos termos da legislação em vigor Lei nº 6.404/76, 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3), foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05-12-2018 e deverá ser revisada anualmente ou sempre que fatos supervenientes o exigirem ou recomendarem. As transações com Partes Relacionadas com a União se limitam ao repasse de recursos previstos no orçamento do Hospital para pagamento de pessoal, custeio e investimentos (os AFAC's recebidos até 31-12-2016 eram atualizados com base na taxa do SELIC até a efetiva capitalização). As transações com o Banco do Brasil S.A. estão previstas em contrato com vigência até 04/04/2019 e se referem à centralização do pagamento de 100% dos créditos da Folha de Pagamento e dos depósitos judiciais, a serem pagos para os empregados e os depósitos administrativos retido das empresas terceirizadas. Na Caixa Econômica Federal S.A. estão depositados os depósitos recursais. As demais transações com Partes Relacionadas se referem a contratos de compras ou prestação de serviços vinculados a atender as necessidades normais da contratante e seguem as mesmas normas de contratação dos demais fornecedores. A Associação dos Hospitais de POA presta serviços de higienização de roupas ao Hospital conforme descrito na nota 12.

**14.3 Remuneração paga ao pessoal-chave da administração**

Descrição	2018		2017	
	Quantidade	Valor pago	Quantidade	Valor pago
Diretoria	3	865	3	780
Conselho de Administração	7	152	6	144
Conselho Fiscal	3	89	3	63
Comitê de Auditoria	3	36	-	-
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>1.142</b>	<b>12</b>	<b>987</b>

Um dos membros do Conselho de Administração optou por não receber remuneração e o sétimo conselheiro foi eleito em 28/11/2018. O Comitê de Auditoria foi eleito em 24-09-2018 pelo Conselho de Administração e a remuneração mensal foi fixada em quatro mil reais. A remuneração mensal da Diretoria e do Conselho de Administração consta da nota 21. Os conselheiros fiscais recebem a mesma remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração.

**NOTA 15 - CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA**

**a) Composição do saldo**

Passivo não circulante	2018				Saldo no final do exercício	2017
	Saldo no início do exercício	Encargos	Cofins sobre outras receitas	Baixas		
INSS Patronal	1.625.905	39.641	-	(1.665.546)	-	1.625.905
INSS Terceiros	394.892	9.880	-	(404.772)	-	394.892
INSS Notif. fiscais	3.784	33	-	(720)	3.097	3.784
INSS Parcelamento	11.094	271	-	-	11.365	11.094
COFINS	67.586	2.309	148	(70.043)	-	67.586
PIS/PASEP	13.721	454	-	(14.175)	-	13.721
CSLL	71.799	2.345	-	(74.144)	-	71.799
<b>Total</b>	<b>2.188.781</b>	<b>54.933</b>	<b>148</b>	<b>(2.229.400)</b>	<b>14.462</b>	<b>2.188.781</b>

Desde o ano de 2006, o Hospital demandava na justiça em busca do reconhecimento da imunidade tributária recíproca ao pagamento dos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, e o reconhecimento da imunidade em relação à incidência das contribuições previdenciárias federais, obteve inicialmente a suspensão da exigibilidade de todos os tributos e a imunidade dos impostos dos hospitais em decisão transitada em autos do Recurso Extraordinário nº 580.264/RS, no qual se discutiu o direito à imunidade aos impostos estaduais e reconheceu o direito à imunidade tributária recíproca para os hospitais em decisão transitada em julgado em 04 de novembro de 2013. Em 24-08-2018 transitou em julgado a imunidade das contribuições previdenciárias patronal e terceiros e as referidas contribuições que estavam suspensas referente 07/2007 a 11/2016 foram baixadas, com exceção de parte das notificações fiscais do INSS, que ainda não foram baixadas porque a própria Receita Federal do Brasil ainda não baixou por estarem os referidos débitos no momento da suspensão dos pagamentos sendo contestados através de recursos administrativos e ou judiciais e até em processos posteriores para obtenção de certidão negativa de tributos federais. Como se trata de débito notificado, estamos aguardando a manifestação da Receita Federal do Brasil antes de fazer a baixa. Com relação ao INSS parcelamento, constituído de débitos parte patronal e terceiros, que teve suspenso o pagamento quando restavam 59 parcelas a serem pagas, o saldo desta conta está acrescida de juros à taxa de 1% ao mês, por ser constituído em UFIR. Por se tratar de débito consolidado em 03/1993, muito antes do ingresso da ação de imunidade, estamos aguardando a quitação deste débito, que possivelmente irá ocorrer na justiça, visto que a RFB negou o pedido de extinção do débito, porque há processos de cobranças tramitando no judiciário que impedem a baixa. Nos processos em que se buscava o reconhecimento da imunidade tributária das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, cujos saldos contábeis estão acrescidos de juros com base na taxa SELIC e de multa (CSLL), como não são alcançáveis pela repercussão geral, o trânsito em julgado ocorreu somente em 20-11-2018 e por consequência a baixa das contribuições suspensas. Este fato concluiu um longo processo de transformação que tornou o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. definitivamente imune a todos os impostos e contribuições federais, estaduais e municipais com base nos art. 150 e 195 da Constituição Federal. Cabe destacar que desde 20 de dezembro de 2016, com a publicação da Portaria nº 2.116 pelo Ministério da Saúde, concedendo ao Hospital o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social – CEBAS o Hospital já estava isento das contribuições previdenciárias, do PIS/PASEP sobre o valor do faturamento, da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre as receitas vinculadas à atividade fim e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. A vigência do certificado foi reconhecida de forma retroativa a partir de janeiro de 2015, com base em parecer jurídico e as contribuições que estavam contabilizadas com o pagamento suspenso se tornaram isentas e foram baixadas em dezembro de 2016.

**b) Reflexos no resultado**

Demonstração do resultado	2018	2017
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>2.075.019</b>	<b>(427.759)</b>
Custo dos serviços prestados	-	(8)
Despesas gerais e administrativas	-	510
Outras receitas operacionais	(1.314.986)	-
Despesas financeiras	-	133.078
Receita financeira	(859.638)	-
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(99.605)</b>	<b>(294.179)</b>

Na demonstração do resultado está contabilizada a contrapartida das contribuições com exigibilidade suspensa registradas no passivo. Com a obtenção em 24-08-2018 da imunidade das contribuições previdenciárias patronal e terceiros e em 20-11-2018 da imunidade das contribuições do PIS/PASEP, da COFINS e da CSLL, os valores originais e a atualização registrados em exercícios anteriores foram baixados do passivo e o valor principal em outras receitas operacionais e a atualização na receita financeira. Os valores contabilizados durante este exercício foram baixados das próprias contas zerando o saldo e anulando qualquer reflexo no resultado. Em 2017 estão registrados no custo dos serviços os créditos da COFINS e nas despesas gerais e administrativas o valor da COFINS e na despesa financeira a atualização pela SELIC das contribuições que estavam suspensas.

**NOTA 16 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Provisões	Passivo			
	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Indenização trabalhista</b>				
Saldo inicial	352.385	361.113	389.061	312.139
Provisão	60.989	47.786	63.017	49.724
Baixas/pagamentos	(75.999)	-	(100.443)	-
Transferências	8.950	(8.950)	750	(750)
Reversão	-	(49)	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>346.325</b>	<b>399.900</b>	<b>352.385</b>	<b>361.113</b>
<b>Indenização civil</b>				
Saldo inicial	5.802	10.704	4.552	11.211
Provisão	2.618	3.914	2.975	1.510
Baixas/pagamentos	(2.625)	-	(3.466)	-
Transferências	(571)	571	1.741	(1.741)
Reversão	(591)	(439)	-	(276)
<b>Saldo final</b>	<b>4.633</b>	<b>14.750</b>	<b>5.802</b>	<b>10.704</b>
<b>Indenização civil - imunidade</b>				
Saldo inicial	15.732	62.413	15.732	58.604
Transferências	63.538	(63.538)	-	-
Provisão	-	1.570	-	3.809
<b>Saldo final</b>	<b>79.270</b>	<b>445</b>	<b>15.732</b>	<b>62.413</b>
<b>TOTAL</b>	<b>430.228</b>	<b>415.095</b>	<b>373.919</b>	<b>434.230</b>
<b>Quantidade de processos</b>				
Indenização trabalhista	1.433	1.790	1.396	1.808
Indenização civil	7	49	13	43
Indenização civil - imunidade	2	1	1	2
<b>Total</b>	<b>1.442</b>	<b>1.840</b>	<b>1.410</b>	<b>1.853</b>

Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante, os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão é atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo circulante e não circulante conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável respectivamente. Os processos classificados com grau de risco possível, a seguir apresentados, não são contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2).

Classificação de risco possível	2018		2017	
	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos	Valor
Processos cíveis	419	88.142	519	86.608
Processos trabalhistas	1.281	141.951	1.618	205.045
<b>Total</b>	<b>1.700</b>	<b>230.093</b>	<b>2.137</b>	<b>291.653</b>

**NOTA 17 - SUBVENÇÕES A REALIZAR**

Descrição	Passivo			
	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Subvenção para custeio</b>				
<b>Pessoal</b>				
Saldo no início do exercício	1.139	-	873	-
Valor recebido a realizar	1.233.426	-	1.225.068	-
Valor realizado (transferido para a receita)	(1.234.482)	-	(1.224.802)	-
<b>Subtotal</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>1.139</b>	<b>-</b>
<b>Recursos oriundos da Portaria nº 95</b>				
Valor a realizar	193.046	-	-	-
Valor realizado e recebido (transferido para a receita)	(186.216)	-	-	-
Valor realizado e não recebido (transferido para a receita)	(6.830)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Demais subvenções</b>				
Valor a realizar	20.216	-	5.097	-
Valor realizado e recebido (transferido para a receita)	(6.404)	-	(5.097)	-
<b>Subtotal</b>	<b>13.812</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>13.895</b>	<b>-</b>	<b>1.139</b>	<b>-</b>
<b>Subvenção para investimento</b>				
Saldo no início do exercício	-	-	14.175	144.641
Valor recebido no exercício	-	-	-	15.300
Reversão da realização	-	-	78.015	-
Transferência para outras receitas	-	-	-	(15)
Transferências do curto para o longo prazo	-	-	(92.190)	92.190
Transferência para o passivo não circulante - AFAC	-	-	-	(252.116)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>13.895</b>	<b>-</b>	<b>1.139</b>	<b>-</b>

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas contabilmente como subvenção para custeio de:

**a) Pessoal** - Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas e parte da despesa com manutenção.

**b) Recursos oriundos da Portaria nº 95 MS/GM** – Com a publicação da referida Portaria, em janeiro de 2018, o Hospital passou, a partir de 01/2018 a ser orçamentado diretamente pelo Ministério da Saúde e a classificar estes recursos como subvenção para custeio, razão pela qual, deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente como prestação de serviços, na receita bruta, como era feito até 31-12-2017. Portanto, a partir da mudança decorrente da Portaria nº 95, os recursos que eram oriundos de prestação de serviços passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do GHC pela Lei Orçamentária Anual nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018. Conforme previsto no artigo 3º da referida portaria foi assinado em 08/2018 Termo de Cooperação com Município de Porto Alegre/RS onde estão previstas as metas quantitativas e qualitativas que são acompanhadas trimestralmente pelo gestor municipal. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (nota 6) em contrapartida do passivo circulante. A medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, com base no regime de competência, esta receita é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio (nota 26). Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

**c) Demais subvenções** – Reconhecidas no ativo circulante tendo como contrapartida o passivo circulante e transferidas para o resultado, como receita, na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, registrada pelo regime de competência. Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral.

As **Subvenções para investimentos** recebidas até 31-12-2016 eram contabilizadas no passivo e transferidas para o resultado, em conta retificadora da despesa de depreciação, na mesma proporção daquela despesa referente aos bens adquiridos com esses recursos. A partir de 2017 a Secretaria do Tesouro Nacional reviu desde 2008 os procedimentos adotados para contabilização das subvenções para investimentos e determinou em 30-06-2017 que fossem feitos ajustes para a reconstituição do saldo e posterior transferência para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital no passivo não circulante.

**NOTA 18 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC**

Contas/descrição	2018	2017
	Patrimônio líquido	Passivo não circulante
<b>Saldo no início do exercício de 2017</b>	-	-
Transf. da conta de subvenções para investimentos - AFAC's de 2008 a 2016	-	236.816
Transf. da conta de subv. para investimentos - AFAC's recebidos em 2017	-	15.300
Encargos financeiros calculados pela SELIC sobre AFAC's de 2008 a 2016	-	178.341
AFAC's recebidos em 2017	-	15.350
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	<b>445.807</b>
Encargos financeiros calculados pela SELIC – referente 2018	-	5.873
Valor capitalizado na AGE de 21-03-2018	-	(448.122)
Valor capitalizado na AGE de 28-06-2018	-	(3.558)
AFAC's recebidos em 2018	30.221	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>30.221</b>	<b>-</b>

Nesta rubrica, classificada no passivo não circulante, foram registrados os ajustes referidos na nota 17 em 31-08-2017, referentes aos aportes de recursos recebidos desde 2008 e utilizados para cobrir despesas com investimentos em bens móveis e imóveis. Sobre os valores recebidos de 01-01-2008 a 31-12-2016 foram acrescidos os encargos financeiros, calculados pela taxa SELIC, enquanto que os recebidos a partir de 2017 não estão acrescidos de encargos. Com a alteração da natureza jurídica do Hospital para empresa pública em 26-09-2017 os AFAC's recebidos em 2018 estão registrados no Patrimônio Líquido e deverão ser capitalizados até a data limite da aprovação das contas do exercício, conforme determina o art. 74 do Decreto nº 8.945/2016 que alterou o art. 2º do Decreto nº 2.673/1998.

**NOTA 19 - CAPITAL SOCIAL**

Acionistas	2018		2017	
	Quant. de ações	Valor	Quant. de ações	Valor
<b>União</b>				
Ordinárias	108.511.628	48.830	108.511.628	7.148
Preferenciais	4.530.000	2.039	4.530.000	298
<b>Total</b>	<b>113.041.628</b>	<b>50.869</b>	<b>113.041.628</b>	<b>7.446</b>

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União e está cem por cento integralizado. As ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função do saldo da conta de prejuízos acumulados ser superior aos eventuais lucros apurados. Com as duas capitalizações de AFAC ocorridas em 2018, na Assembleia Geral Extraordinária de 21-03-2018 e 28-06-2018 (nota 18) que juntas totalizaram R\$ 451.680, o valor do capital social passou a ser de R\$ 459.126. No entanto em 28-11-2018 a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas reduziu o valor do capital em R\$ 408.257, compensando prejuízos acumulados e fixando o valor do capital em R\$ 50.869 (R\$ 7.446 em 2017).

**NOTA 20 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Contas/descrição	2018			2017		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado	Saldo no final do exercício
Terrenos	26.995	-	26.995	-	-	26.995
Edificações	19.841	(931)	18.910	20.772	(931)	19.841
Instalações	151	(76)	75	226	(75)	151
Máquinas e equip. hospitalares	61	(52)	9	114	(53)	61
<b>Total</b>	<b>47.048</b>	<b>(1.059)</b>	<b>45.989</b>	<b>48.107</b>	<b>(1.059)</b>	<b>47.048</b>

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10, em 2010 foi apurado o *custo atribuído (deemed cost)* de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante. Valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL conquistada com o CEBAS em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

**NOTA 21 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

Remuneração	2018			2017		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
	Em reais					
Diretores	21.813	16.148	19.925	21.813	16.272	19.966
Conselho de Administração	2.363	2.363	2.363	2.181	2.181	2.181
Empregados	33.763	1.699	8.185	33.763	1.699	8.051

Em cumprimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/2016, art. 12, inciso I, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual dos administradores e empregados, incluindo os benefícios e as vantagens pagas aos empregados. Cabe destacar que os três diretores e os sete conselheiros recebem a mesma remuneração. Na remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente. O diretor que recebe o menor salário recebe a diferença no órgão de origem, que é reembolsado pelo Hospital. A despesa consolidada com a remuneração total dos três diretores e sete conselheiros de administração totalizou em 2018 R\$ 1.016 (R\$ 923 em 2017). Os honorários mensais dos conselheiros de administração são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. A Assembleia Geral Ordinária do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., realizada em 05 de abril de 2018, fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 1.518 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019.

#### NOTA 22 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. Participam do plano 11 empregados em 31-12-2018 (15, em 31-12-2017). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2018 as contribuições do Hospital foram de R\$ 362 (R\$ 474 em 2017).

#### NOTA 23 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Demonstração do Resultado	2018	2017
Prestação de Serviços	2.661	197.638
<b>Total</b>	<b>2.661</b>	<b>197.638</b>

A redução no valor da prestação dos serviços é decorrente da alteração na forma de contabilizar os repasses recebidos do Ministério da Saúde - MS, com base na Portaria MS/GM nº 95/2018, que estabeleceu a orçamentação direta do MS ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e a dedução de recursos do Bloco de Custeio destinado ao financiamento das ações e serviços de Média e Alta Complexidade do Município de Porto Alegre - RS. Por meio desta Portaria os valores referentes aos serviços de Média e Alta Complexidade prestados pelo Hospital, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, que anteriormente eram transferidos pelo Município de Porto Alegre/RS, passaram a ser destinados diretamente ao Hospital pelo Ministério da Saúde em cumprimento ao orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018. Conforme previsto no artigo 3º da referida portaria, foi assinado em 08/2018 o Termo de Cooperação com o Município de Porto Alegre/RS, onde estão previstas as metas quantitativas e qualitativas que são acompanhadas trimestralmente pelo gestor municipal, razão pela qual, deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente na receita bruta como prestação de serviços, como era feito até 31-12-2017. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (nota 6) em contrapartida do passivo circulante (nota 17). A medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, com base no regime de competência, esta receita é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio (nota 26). Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante. Os serviços prestados no valor de R\$ 2.661 se refere basicamente a receita com pesquisas e estágios.

#### NOTA 24 - DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas	2018	2017
Juros sobre as contribuições previdenciárias patronal com o pagamento suspenso	-	99.634
Juros sobre as contribuições previdenciárias terceiros com o pagamento suspenso	-	24.307
Juros sobre o parcelamento com INSS com o pagamento suspenso	272	272
Juros sobre as contribuições para o PIS/PASEP com o pagamento suspenso	-	790
Juros sobre as contribuições para a COFINS com o pagamento suspenso	-	3.986
Juros sobre a CSLL com o pagamento suspenso	-	4.089
Juros sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC	5.873	178.341
Demais juros sobre contas do passivo	94	26
Encargos com o FGTS	5	27
Multas compensatórias	31	-
Variação monetária passiva	13	30
<b>TOTAL</b>	<b>6.288</b>	<b>311.502</b>

Na despesa financeira em 2017 estão registrados os juros incidentes sobre as contribuições federais com exigibilidade suspensa que foram baixados em 2018 com a obtenção da imunidade tributária (nota 15), os juros sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, recebidos de 01-01-2008 a 31-12-2016, calculados com base na taxa SELIC, até a sua efetiva capitalização em 21-03-2018. Os demais juros se referem a atualização de contas do passivo com base no regime de competência.

#### NOTA 25 - RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas	2018	2017
Baixa dos juros das contribuições previdenciárias patronal	640.408	-
Baixa dos juros das contribuições previdenciárias terceiros	154.460	-
Baixa dos juros das contribuições para o PIS/PASEP	5.905	-
Baixa dos juros das contribuições para a COFINS	27.836	-
Baixa dos juros da CSLL	31.028	-
Juros sobre a repetição de indébito do ICMS	39	63
Rendimento de aplicação financeira	2.114	2.108
Demais juros sobre contas do ativo	513	827
Variação monetária ativa sobre depósitos para recurso - FGTS	735	1.117
Variação monetária ativa sobre outras contas do ativo	6	21
<b>TOTAL</b>	<b>863.044</b>	<b>4.136</b>

Na receita financeira em 2018 está registrada a baixa dos juros incidentes sobre as contribuições federais com exigibilidade suspensa baixadas em decorrência da obtenção da imunidade tributária (nota 15), os juros sobre a repetição de indébito do ICMS, em função do processo de imunidade tributária, os rendimentos das aplicações financeiras e demais juros e variações/atualizações registradas em contas do ativo com base no regime de competência.

#### NOTA 26 - SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO

Demonstração do resultado	2018	2017
Repasso recebido - pessoal	1.069.754	1.038.038
Repasso recebido - benefícios da folha de pagamento	69.963	68.089
Repasso recebido - médicos residentes	14.123	13.897
Repasso recebido - residência multiprofissional	6.646	6.882
Repasso recebido - sentenças judiciais trabalhistas	73.996	97.896
Repasso recebido - portaria MS/GM - nº 95/2018	186.216	-
Repasso não recebido - portaria MS/GM - nº 95/2018	6.830	-
Repasso recebido - reformas	2.741	-
Repasso recebido - sentenças judiciais cíveis	2.621	3.425
Repasso recebido - pensões	975	890
Repasso recebido do ERGS - para compra de medicamentos (decisão judicial)	-	380
Repasso recebido - demais custeios	67	402
<b>Total</b>	<b>1.433.932</b>	<b>1.229.899</b>

Os repasses recebidos do Ministério da Saúde foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e são reconhecidas na receita quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas com pessoal e encargos, indenizações cíveis e trabalhistas, e a despesa com manutenção. Com a publicação da Portaria MS/GM nº 95, em janeiro de 2018, o Hospital passou, a partir de 01/2018, a ser orçamentado diretamente pelo Ministério da Saúde e a classificar estes recursos como subvenção para custeio, razão pela qual, deixou de emitir as notas fiscais de serviços contra o gestor do SUS, o Município de Porto Alegre/RS e de classificar contabilmente como prestação de serviços, na receita bruta, como era feito até 31-12-2017. Portanto, a partir da mudança decorrente da Portaria nº 95, os recursos, que eram oriundos de prestação de serviços passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018. Conforme previsto no artigo 3º da referida portaria, foi assinado em 08/2018 o Termo de Cooperação com o Município de Porto Alegre/RS, onde estão previstas as metas quantitativas e qualitativas que são acompanhadas trimestralmente pelo gestor municipal. Os recursos são reconhecidos no ativo

circulante pelo total orçamentado (nota 6) em contrapartida do passivo circulante (nota 17). A medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, com base no regime de competência, esta receita é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

#### NOTA 27 - LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Despesas	2018	2017
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>2.075.019</b>	<b>(427.759)</b>
Despesas e (receitas) - imunidade	(2.175.624)	133.078
Provisão para indenização trabalhista	108.775	112.741
Reversão das subvenções para investimentos	-	78.015
Juros sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC's	5.873	178.341
<b>Lucro após excluir as despesas sem contrapartida na receita e as receitas sem contrapartida na despesa</b>	<b>14.043</b>	<b>74.416</b>

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado a suspensão dos pagamentos das contribuições, referidas na nota 15, a dívida permaneceu registrada no passivo sendo atualizado, o que gerou a apropriação de juros e a posterior baixa, como a que ocorreu com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias, em 24/08/2018 e das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e CSLL em 20/11/2018. Estes valores acrescidos ao valor da provisão para indenizações trabalhistas e dos encargos financeiros dos AFAC, todos sem contrapartida na receita, contribuí significativamente para a formação do lucro ou prejuízo apurado nos dois exercícios.

#### NOTA 28 - COBERTURA DE SEGUROS

Ativos	2018	2017
Incêndio, explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza.	319.294	301.827
Roubo e ou furto de bens	2.214	1.113
Responsabilidade civil operações	870	-
Veículos	1.000	720
<b>Total</b>	<b>323.378</b>	<b>303.660</b>

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros e assim atende, principalmente, ao princípio contábil da continuidade.

#### NOTA 29 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Receitas de gratuidades	2018	2017
<b>Do INSS patronal</b>	<b>-</b>	<b>240.459</b>
<b>Do INSS terceiros</b>	<b>-</b>	<b>58.764</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>299.223</b>

Em 20 de dezembro de 2016 a sociedade obteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) através da Portaria nº 2.116, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 45. A Constituição Federal estabelece em seu art. 195, § 7º que "são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei". Estão compreendidas entre as contribuições isentas: as contribuições incidentes sobre a folha de pagamento destinadas a Previdência Social - patronal e terceiros (incluindo os riscos ambientais do trabalho - RAT e o salário educação), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (incidente sobre o faturamento) e para o PIS/PASEP. Também o art. 15 da Lei nº 9.532/97 isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ as instituições de caráter filantrópico, entre outras, que prestem serviços para os quais foram instituídas e os coloque à disposição, sem fins lucrativos. A incidência da contribuição para o PIS/PASEP sobre a folha de salários de que trata a MP nº 2158-35/2001, cujo recolhimento seria obrigatório às entidades de assistência social, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 639.941/RS, julgado pela sistemática da repercussão geral, havendo Parecer da PGFN (NOTA/PGFN/CASTF/Nº 637/2014) dispensando a contestação e os recursos sobre a matéria, e vinculando a Receita Federal do Brasil tal entendimento. Com a obtenção da imunidade de todas as contribuições federais não existe mais a necessidade de fazer o registro da baixa dessas contribuições como gratuidades.

#### NOTA 30 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e até a data do fechamento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

#### NOTA 31 - DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.303/16 informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Produção/Quantidade	2018	2017	Varição %
Consultas	1.442.002	1.453.664	-0,81
Procedimentos	691.868	664.300	4,14
Exames	4.429.305	4.336.307	2,14
Internações	53.735	55.931	-3,93
Cirurgias/curetagens e outros	32.005	33.085	-3,27
Partos normal	3.428	4.131	-17,02
Partos cesárea	2.401	3.069	-21,77
<b>Indicadores hospitalares</b>			
Média de permanência	7,8 dias	7,8 dias	-
Taxa de ocupação hospitalar	82,30%	81,30%	2,00
Taxa de mortalidade hospitalar	4,8%	4,5%	0,3
<b>Total da receita menos as baixas da imunidade em 2018 e a receita de gratuidade 2017</b>	<b>1.448.552</b>	<b>1.438.378</b>	<b>0,70</b>

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Desse modo os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e à demanda da população. Quanto ao valor da receita composta pelos valores recebidos da subvenção para custeio, destinada ao pagamento de salários, encargos, indenizações trabalhistas e da prestação de serviços, a variação se justifica basicamente pelo acréscimo dos salários por dissídios.

#### NOTA 32 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (notas 17, 18 e 26) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Adriana Denise Acker  
Diretora-Superintendente  
CPF nº 542.756.360-15

Mauro Fett Sparta de Souza  
Diretor Técnico  
CPF nº 208.597.830-49

José Ricardo Agliardi Silveira  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF nº 564.368.820-49

Rozinha Topanotti Trentin  
Contadora CRC/RS 41.119  
CPF nº 257.247.890-00

### 3 - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.  
Diretores, Conselheiros e Acionista do  
**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
Porto Alegre/RS

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A** (Hospital), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Hospital, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase – continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 32 às demonstrações contábeis, que descreve os efeitos do montante de R\$ 533.922 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 17, 18 e 26. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outros Assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Hospital, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Contábeis do Hospital. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de janeiro de 2018 sem modificação.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Hospital é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Integrado. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Integrado e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Integrado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório Integrado, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Hospital continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Hospital são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Hospital.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, RS, 25 de janeiro de 2019.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC/RS 30.361

### 4 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2018 COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

#### 1. Apresentação

O Comitê de Auditoria – COAUD é órgão estatutário, criado pelo Conselho de Administração do Grupo Hospitalar Conceição – CA-GHC, em 08 de junho de 2018, e é composto por três membros.

- João Carlos Barros Krieger (Presidente); Jaqueline Magalhães da Costa, e Paulo Henrique Ferreira de Melo.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A responsabilidade do COAUD está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria, o que compreende avaliação e monitoramento dos controles internos e de sua integridade, a exposição ao risco, as denúncias e o cumprimento do código de conduta, dentre outras.

As avaliações do COAUD baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

#### 2. ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2018

A primeira reunião do Comitê de Auditoria foi realizada no mês de outubro, onde houve a aprovação do Regimento Interno do COAUD e a eleição do Presidente.

No exercício de 2018 foram realizadas 6 (seis) reuniões, onde foram abordados os principais assuntos que envolvem riscos ao Grupo Hospitalar Conceição - GHC, tais como:

- Análise das demandas trabalhistas;
- Sugestões à ouvidoria;
- Aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna;
- Análise e aprovação da contratação dos auditores externos independentes.
- Análise das demonstrações financeiras trimestrais;
- Elaboração do Plano de Trabalho do COAUD para o ano de 2019;
- Análise do Regimento Interno da Auditoria Interna do GHC;
- Recomendações à Diretoria em relação a riscos em áreas vulneráveis de Auditoria.

#### 3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões realizadas no ano de 2018, foram efetuadas recomendações de ações corretivas para processos de controle e gestão dos negócios, cujas pendências, providências e monitoramento estão devidamente registradas em atas.

O Comitê irá monitorar periodicamente as providências quanto as recomendações feitas para melhoria dos controles internos e riscos.

#### 4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração do GHC é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas do GHC, dos procedimentos e práticas de controles internos, controles estes e que se encontrem em efetiva aplicação.

#### 5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das Demonstrações Financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O contrato de prestação de serviços de auditoria independente, firmado com a Exacto Auditoria S/S encerrou-se com os trabalhos referentes às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A partir do 1º trimestre de 2019, outra empresa irá examinar as demonstrações financeiras, cujo processo licitatório encontra-se em andamento.

O Comitê apoiou e incentivou a Auditoria Interna do GHC em relação as solicitações de treinamento e qualificação do quadro de profissionais.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, que, por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios e documentos emitidos. Em decorrência, o COAUD avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados, concernentes aos controles internos e demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

#### 6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras do GHC, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas internacionais.

O Comitê discutiu os resultados dos trabalhos, os principais assuntos de Auditoria descrito nos relatórios e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras. Os principais pontos discutidos também se relacionam com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O COAUD verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da CVM e normas internacionais.



Grupo Hospitalar Conceição

**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**  
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20



## 7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o COAUD não identificou situação alguma que pudesse afetar a objetividade e a independência da Exacto com relação ao Grupo Hospitalar Conceição – GHC.

Desta forma, o Comitê de Auditoria Estatutário do GHC informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de qualquer tipo de relacionamento entre a Exacto e o GHC que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria externa independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

O COAUD-GHC registra, ainda, que não foi identificada situação alguma de divergência significativa entre a Administração do GHC, os Auditores Independentes da Exacto e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As opiniões e julgamentos do COAUD-GHC dependem das informações que são apresentadas pelo GHC, em particular dos Administradores, da Contabilidade, Assessoria Jurídica, Auditoria Interna, Gerência de Governança, Riscos e Conformidade, Ouvidoria e demais Gerências, além dos Auditores Externos Independentes.

Neste sentido, o COAUD-GHC julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2019.

João Carlos Barros Krieger  
Membro COAUD - Presidente

Paulo Henrique Ferreira de Melo  
Membro COAUD

Jaqueline Magalhães Costa  
Membro COAUD

## 5 – PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do **Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.** CNPJ 92.787.118/0001-20, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do Relatório Integrado e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do "Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis", sem ressalvas, da Exacto Auditoria S/S, recomenda com base no art. 189, da Lei nº 6.404/1976, que o lucro líquido apurado no exercício seja integralmente destinado à compensação dos prejuízos acumulados. Em face do exposto, e com base no artigo 46, inciso XX, do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprova os citados documentos e os submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019.

Alberto Beltrame  
Presidente do Conselho de Administração

Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo  
Conselheira de Administração

Luiz Fernando Beskowfi  
Conselheiro de Administração

Adriana Denise Acker  
Conselheira de Administração

Elvira Mariane Schulz  
Conselheira de Administração

Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho  
Conselheiro de Administração

## 6 – PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO INTEGRADO e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, da Exacto Auditoria S/S, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina com base no art. 189, da Lei nº 6.404/1976, que o lucro apurado no exercício seja integralmente destinado a compensação dos prejuízos acumulados, que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019.

Arionaldo Bomfim Rosendo  
Conselheiro Fiscal

Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos  
Conselheira Fiscal

Ana Cristina da Cunha Wanzeler  
Conselheira Fiscal